

Sarney diz a Cabral que recusa parlamentarismo

Para ele, a transição deve se completar com presidencialismo, a não ser que haja grave crise



Cabral discursou e depois foi a Sarney

Moderados vão entrar no bloco antiesquerda

O grupo moderado do PMDB, apesar das resistências de alguns deputados, que receiam ser tachados de "direita", vai participar do "bloco" de maioria da Constituinte. Os dois que mais resistem são os deputados Marcos Lima e Expedito Machado, que reconhecem a importância de conquistar a maioria do plenário que votará a nova carta, mas preferiam conservar Centro Democrático com identidade própria sem incorporar-se ao outro movimento, liderado pelo deputado Roberto Cardoso Alves.

O deputado Jorge Viana é quem mais trabalha dentro do PMDB para conquistar as assinaturas necessárias à formalização do bloco, um total de 280, menos, para atingir a maioria da Constituinte. Na noite de anteontem ele compareceu à reunião do Centro Democrático, realizada na casa

do deputado Marcos Lima, buscando facilitar a conquista de apoios, já que lá estavam 43 peemedebistas.

O êxito de sua iniciativa tem duas versões. Há os que asseguram que ele só conseguiu apoio de Rosa Prata e José Geraldo Ribeiro, dois empresários mineiros afinados com a direita. Outros asseguram que a maioria se mostrou disposta a seguir a trilha da coligação com o bloco, apenas exigindo que dentro dele o Centro tivesse preservada sua identidade de grupo independente.

De qualquer modo, na reunião foi designada uma comissão para ir ontem cedo ao hotel Carlton participar do encontro de líderes do "bloco", lá estiveram os deputados Max Roseman, Sérgio Werneck, Rosa Prata e o senador Lourenberg Nunes que garantiram a Roberto Cardoso Alves a adesão do Centro Democrático.

Durante almoço ontem no Palácio da Alvorada, o presidente José Sarney manifestou ao relator da Comissão de Sistematização Bernardo Cabral sua preocupação com a possibilidade de adoção do sistema parlamentarista já no ano que vem. De acordo com o relator, o presidente ponderou que considera muito difícil a implantação do novo sistema no Brasil de uma hora para outra, pois neste momento de transição democrática poderia se tomar o parlamentarismo mais uma vez como a solução para uma crise emergencial.

— Eu repeti ao presidente Sarney que a minha opinião neste campo é de que ele deve exercitar o seu mandato como presidente dentro do sistema presidencialista: até o fim, e quando estiver terminando o seu prazo, que promova a transição para o parlamentarismo, disse Cabral, explicando porém, que o próprio presidente conhece a sua posição de defensor do sistema parlamentarista.

Apesar da apreensão revelada pelo presidente José Sarney, o relator garantiu que ele não lhe fizera nenhum pedido ou reclamação em relação ao processo de elaboração de um novo substitutivo. "Na verdade o presidente não foi contra o parlamentarismo, ele inclusive declinou sua simpatia pelo novo sistema, que já vem de longe. Conversou sobre o tema apenas no sentido jurídico, sem avançar no campo político".

Sobre o seu substitutivo,

o relator disse que o presidente apenas fez uma brincadeira, ao dizer que confiava na sua afirmação de que transformaria o monstrego em uma moça bonita e enxuta. "Eu lhe relatei que estava preparando o substitutivo depois de ouvir a todos os segmentos, utilizando o trabalho dos grupos suprapartidários como subsídio. Isso somado às emendas populares e dos constituintes, muito iria enriquecer o meu trabalho".

Ainda segundo Bernardo Cabral, o presidente lhe assegurou que o Plano Bresser atingiria o seu objetivo e que a inflação seria controlada, dando como exemplo o índice deste mês e a retirada dos impostos sobre os automóveis.

— Sem ser perguntado, eu disse ao presidente que alguns pontos delicados só deverão ser resolvidos em plenário, no voto, como é o caso da reforma agrária, anistia para os militares e a estabilidade. Algumas outras matérias que poderiam ser polêmicas serão destinadas a uma seção denominada Ato Adicional, por não serem temas constitucionais, como o aborto e a pena de morte.

O relator Bernardo Cabral deveria se encontrar com o presidente José Sarney ainda pela manhã, em uma audiência no Palácio do Planalto, mas com a realização de uma sessão da Comissão de Sistematização, telefonou para desmarcar o encontro, sendo convidado pelo presidente para o almoço no Palácio da Alvorada.



Progressistas e moderados reunidos para uma encenação: o acordo é muito difícil, senão impossível

Fusão dos grupos está difícil

O encontro, ontem pela manhã, entre representantes dos grupos liderados pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) foi mais um gesto de conciliação do que o início de um entendimento efetivo para uma alternativa ao projeto constitucional. Apesar de muitos participantes terem adotado um discurso otimista sobre a possibilidade de um acordo, alguns confidenciaram que a reunião foi mais uma encenação, já que é difícil conciliar posições tão divergentes quanto as do grupo do 32 — de Richa — e as do grupo do consenso — de Scalco.

Quem praticamente descartou qualquer perspectiva de diálogo foi o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE). Ele se disse "preocupado" com o grupo dos 32, que resolveu retirar do texto a possibilidade de os atos praticados pelo comando revolucionário de 31 de março de 1964 serem apreciados judicialmente.

— Eles querem suprimir aquilo que é a condenação histórica que temos que fazer do que houve de mais ignominioso na época da ditadura. Suprimir é querer absolver algo que a história não absolveu. Esta é uma posição indefensável para uma Constituinte, que não pode absolver aquilo que ela veio para varrer. A partir dessa posição do grupo, fica difícil discutir qual-

quer coisa.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), manifestou seu entendimento de que não será possível um consenso em torno dos itens mais polêmicos, que serão definidos pelo voto. Mas disse que "se cada um ceder um pouco em suas convicções, pode-se buscar convergências em muitos aspectos". Na opinião de Covas, "90 por cento da Constituição são passíveis

de consenso", aí incluído o capítulo sobre direitos e garantias individuais. Quanto à ordem econômica, a definição só ocorrerá em plenário, no momento da votação.

Embora não ache impossível um trabalho conjunto dos grupos liderados por Richa e Scalco, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) considera que há divergências políticas muito grandes, que só se tornarão evidentes com as

discussões sobre os temas na Constituinte. Já os deputados José Maria Eymael (PDC-SP) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) disseram que há um ânimo para o entendimento, uma predisposição à convergência que poderá ser obtida em torno de diversas questões.

Scalco declarou que os dois blocos vão procurar apresentar o maior número possível de propostas comuns, e o deputado Afif Domingos (PL-SP) afirmou que o objetivo é "sacramentar os pontos de convergência".

— Se não passarmos a noção de que a classe política é capaz de se articular num momento tão importante, estaremos dando um atestado de incapacidade para outras coisas, e isso é perigoso, porque a tempestade — disse, referindo-se à crise econômica — vem por aí.

Na reunião de ontem, segundo os participantes, houve consenso em pelo menos um ponto: o de que deve-se enxugar ao máximo o projeto constitucional. O encontro, segundo Covas, serviu para verificar como cada grupo pode encontrar um caminho para a interação dos respectivos trabalhos e provou que os dois blocos têm boa vontade e que não estão disputando nada, mas "apenas querendo aplainar o caminho até à votação final em plenário".

Ulysses elogia emenda popular

"Vou dar um valor enorme a essa proposta de vocês. Se depender de mim, a Constituição estabelecerá que projetos tendo um determinado número de assinaturas de eleitores serão considerados como proposições de valor idêntico às apresentadas pelos deputados e senadores. A declaração foi feita ontem à tarde pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a um grupo de 60 integrantes do Plenário Participação popular na Constituinte que lhe entregou emenda popular tratando das formas e instrumentos de participação popular no processo legislativo ordinário.

Entre as mais de vinte emendas populares encaminhadas a Constituinte até ontem, esta proposição foi a única a merecer tantos elogios e a promessa de empenho em sua aprovação de Ulysses. O presidente da Constituinte lembrando sua longa história parlamentar frisou aos visitantes que o encaminhamento de emendas populares é "fato inédito". O deputado comprometeu-se a enviar a referendo popular, logo após sua aprovação pela Constituinte, o anteprojeto constitucional.

A proposta assegura que proposições apresentadas por 70 mil eleitores, no mínimo, serão discutidas e votadas pelo Congresso no máximo em 180 dias. Findo esse prazo a matéria será colocada obrigatoriamente em apreciação no plenário. E garantida também a apresentação de emendas constitucionais desde que subscritas por um por cento dos eleitores brasileiros.

As emendas constitucionais rejeitadas, mas que contarem com o voto favorável de dois quintos dos congressistas poderão vir a ser submetidas a referendo popular, desde que haja requerimento de um quinto dos deputados e senadores

nesse sentido.

Ainda ontem, representantes do Sindicato dos Empregados em Empresas de Telecomunicações-Sintel, entregaram a Ulysses emenda tratando do monopólio do Estado nos serviços de telecomunicações, comunicações de dados, inclusive transfronteiras, comunicação postal e telegráfica. Institui também o Conselho Nacional de Comunicações.

TOCANTINS

A criação do Estado de Tocantins teve o apoio, ontem, do presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, depois de receber emenda popular sobre o assunto com 72.958 assinaturas. A criação de Estados como matéria constitucional já tem um precedente, afirmou Ulysses, ao lembrar a Constituinte de 46, que, nas suas disposições transitórias, previa a criação do Acre.

A entrega do documento sobre Tocantins seguiu a rotina de discursos, muita agitação e emoção, que tem marcado a entrega de emendas populares. Enquanto os fotógrafos registravam a solenidade, o presidente do PMDB salientou que "fotografias como essas serão históricas para o futuro e progressista Tocantins".

COOPERATIVISMO

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB —, que reúne as 3.500 cooperativas em funcionamento no País, entregou ontem ao relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, três emendas populares versando sobre cooperativismo. As três estão assinadas por mais de 43 mil eleitores, embora a campanha de assinaturas ainda deva continuar até o próximo dia 13.